Demonstrações Financeiras

Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

30 de junho de 2024 com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Atendendo as disposições legais, apresentamos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., relativas ao exercício findo em 30 de Junho de 2024, acrescidas das notas explicativas e relatório do auditor independente sobre o exame de auditoria.

Demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	.1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos cotistas e administradores da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza



relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Kátia Sayuri/Teraoka Kam Contadora CRC SP-272354/O

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	27	20	Obrigações fiscais correntes	10	1.631	2.096
Instrumentos financeiros		7.320	7.838	Obrigações sociais e estatutárias	11	1.788	2.255
Títulos e valores mobiliários	5	7.320	7.838	Outras obrigações diversas	12	1.349	1.041
Outros Créditos	6	1.659	2.880	Total do passivo circulante	_	4.768	5.392
Outros ativos	7	2.243	1.496				
Total do ativo circulante	_	11.249	12.234				
				Não circulante			
Não circulante				Provisão para contingências	22	201	89
Realizável a longo prazo				Total do passivo não circulante		201	89
Outros Créditos	6	220	220				
Outros Ativos	7	380	376				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(398)	(398)				
Ativo fiscal diferido	20	784	877				
Imobilizado de uso	8	1.224	1.348				
Imobilizado de uso		2.571	2.569	Patrimônio líquido			
(-) Depreciação acumulada		(1.347)	(1.221)	Capital social	13.1	3.750	3.750
				Reserva legal	13.2	672	672
Intangível	9	96	133	Reserva estatutária	13.3	4.164	4.887
Intangível		780	780		_		
(-) Amortização acumulada		(684)	(647)	Total do patrimônio líquido		8.586	9.309
Total do ativo não circulante	-	2.306	2.556				
Total do ativo	-	13.555	14.790	Total do passivo e patrimônio líquido	- -	13.555	14.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por quota)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Receitas de intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	385	388
Resultado bruto de intermediação financeira	-	385	388
Outras receitas (despesas) operacionais		4.896	2.691
Receitas de prestação de serviços	14	14.114	11.930
Despesas administrativas	15	(3.495)	(3.582)
Despesas com pessoal	16	(4.309)	(4.475)
Despesas tributárias	17	(1.153)	(958)
Depreciação e amortização	8 & 9	(163)	(226)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	· -	3
Outras receitas operacionais	18	32	29
Outras despesas operacionais	19	(130)	(30)
Resultado operacional		5.281	3.079
Resultado não operacional		-	5
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.281	3.084
Imposto de renda e contribuição social			
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20	(1.874)	(299)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	(93)	(580)
·		(1.967)	(879)
Resultado antes da participação dos empregados nos lucros		3.314	2.205
Participação dos empregados nos lucros		(487)	(746)
Lucro líquido do semestre		2.827	1.459
Lucro por quota - R\$	21	0,75	0,39

Demonstração do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Notas _	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do semestre	_	2.827	1.459
Outros resultados abrangentes do semestre	_	<u> </u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do semestre	21 _	2.827	1.459

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		_	Reservas de lucros			
	<u>Nota</u>	Capital social	Legal	Estatutária 	Lucros (Prejuízos) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	=	3.750	483	4.150	<u> </u>	8.383
Dividendos pagos no semestre	13.3	-	-	(1.750)	-	(1.750)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	1.459	1.459
Constituição de reservas	13.2 & 13.3	<u> </u>	<u>-</u> _	1.459	(1.459)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	=	3.750	483	3.859		8.092
Saldos em 31 de dezembro de 2023	=	3.750	672	4.887		9.309
Dividendos pagos no semestre	13.3	-	-	(3.550)	-	(3.550)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	2.827	2.827
Constituição de reservas	13.2 & 13.3	<u> </u>		2.827	(2.827)	
Saldos em 30 de junho de 2024	=	3.750	672	4.164		8.586

Demonstração dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do semestre		2.827	1.459
Ajustes para conciliação do lucro líquido do semestre	_		
Ativo fiscal diferido	20	93	580
Provisão para contingências	22	112	(16)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	-	(3)
Depreciação e amortização	8 & 9	163	226
Lucro (Prejuízo) líquido so semestre ajustado		3.195	2.246
Variação dos ativos e passivos			
Redução / Aumento em outros créditos		1.221	(287)
Aumento em outros ativos		(751)	(564)
Redução em obrigações fiscais correntes		(465)	(532)
Redução em obrigações sociais e estatutárias		(467)	(882)
Aumento / Redução em outras obrigações diversas		308	(311)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	- -	3.041	(330)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(2)	(227)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	-	(2)	(227)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos no semestre	-	(3.550)	(1.750)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(3.550)	(1.750)
Aumento líquido/ (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(511)	(2.307)
ramonto ngarao, frodugao, om odina o ogarraiontos de odina	-	(011)	(2.551)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4 & 5	7.858	7.744
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4 & 5	7.347	5.437
Aumento líquido/ (redução) em caixa e equivalentes de caixa	·-	(511)	(2.307)

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Rio Bravo DTVM", "DTVM" ou "Distribuidora"), empresa do Grupo Chinês Internacional "(Fosun)", situada na Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B - CJ 32 - Vila Olímpia, São Paulo - SP, fundada em 1992, é uma empresa multinacional listada no principal conselho da Bolsa de Valores de Hong Kong desde 2007, tem por objeto a subscrição isolada ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, intermediação, compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras de custódias, o exercício de funções de agente fiduciário, a distribuição, a organização e a administração de fundos e clubes de investimentos, sendo a atividade principal a administração e a distribuição de fundos de investimentos imobiliário.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, sendo observadas, conforme dispositivos regulamentares do Banco Central do Brasil, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, além das normas e das instruções do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A partir de janeiro de 2020 as demonstrações financeiras passaram a observar ainda os critérios dispostos na Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, cabendo observar que:

- a) Os itens do Balanço Patrimonial estão apresentados em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem impacto aos valores apresentados;
- b) O Balanço Patrimonial ao final do período corrente é apresentado comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior;
- c) As demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- d) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente;
- e) As alterações acima mencionadas, não tiveram qualquer impacto no total do ativo, total do passivo, resultado do período e o patrimônio líquido.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e do registro de estimativas contábeis. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, a Distribuidora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

	BACEN/CMN
Pronunciamento	Resolução
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 28 - Propriedade para Investimento	4.967/21
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	4.924/21

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução nº 4.966/21, bem como em 23 de novembro de 2023 o Banco Central (BC) publicou a Resolução BCB nº 352/23 que estabelecem novas regras contábeis para instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. A resolução entra em vigor em Janeiro de 2025. A Companhia trabalha com o seguinte Plano para endereçar as demandas da norma: Etapa 1, Entendimento da Resolução e Análise de Impacto; Etapa 2 – Identificação e Desenvolvimento dos Planos; Etapa 3 – Implantação. Neste sentido foi estabelecido um grupo de trabalho entre as áreas potencialmente impactadas que realizou a análise inicial da nova legislação. Avaliando as alterações e segmento de atuação da empresa, vale principalmente destacar quanto aplicabilidade da nova norma com relação à classificação dos títulos e valores mobiliários em categorias, que não se espera alteração conceitual.

A Rio Bravo DTVM em 31 de dezembro de 2024 evidenciará em suas notas explicativas os impactos estimados para a empresa com a implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução BCB sob nº 352/23.

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Distribuidora.

Estas demonstrações financeiras, foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 26 de agosto de 2024.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

3. Descrição das políticas contábeis materiais

As práticas contábeis materiais descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pró rata* dia para as de natureza financeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

É definido como caixa, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, da data de aplicação.

c) <u>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</u>

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- ✓ Títulos para negociação;
- √ Títulos disponíveis para venda; e
- ✓ Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado.

Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Distribuidora não possuía instrumentos financeiros derivativos.

d) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

e) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo, com a vida útil apresentada conforme tabela a seguir:

Descrição	Vida útil estimada
Sistemas de processamento de dados	5 anos
Benfeitorias e instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e equipamentos Software	10 anos 5 anos

f) Demais ativos e passivos

Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.

g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

exercício. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor e possui alíquota vigente de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os ativos fiscais diferidos são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. A alíquota de constituição é a alíquota vigente na data da exceptiva de realização.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009:

- Contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados sem que sejam provisionados e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e divulgados
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

i) Lucro por quota

O lucro líquido básico por quota é calculado por meio dos resultados atribuível aos quotistas e a média ponderada das quotas em circulação nos respectivos períodos, apresentados nos termos do CPC 41 – "Resultado por Ação".I

j) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, sendo arredondadas para o real mais próximo.

k) Resultado não recorrente

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

Os resultados não recorrentes são os resultados que não estejam relacionados ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição ou ainda que não esteja previsto ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para o semestre findo em junho de 2024, a DTVM não obteve resultado não recorrente, sendo que no primeiro semestre de 2023 obteve R\$ 5 referente a venda de ativos imobilizado.

I) <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso.

Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

m) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é registrada de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a cada cliente.

4. Disponibilidades

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de disponibilidades é representado da seguinte forma:

	30/06/2024	31/12/2023
Bancos - conta movimento	27	20
Total	27	20

5. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os títulos e valores mobiliários são representados por instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Distribuidora, estavam classificados de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente:

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

	30/06/2024	31/12/2023
Carteira própria		_
Negociação		
Fundo de Investimento Referenciado (i)	7.320	7.838
Total	7.320	7.838

i. Em 30 de junho de 2024, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, classificados em Nível 2, estão representados pelo Fundo de Investimento "Rio Bravo Liquidez DI Fundo de Investimento Referenciado", sem vencimento, administrado pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e pelo Itaú Soberano Referenciado, classificados como "títulos para negociação". Em 30 de junho de 2024, o resultado com os instrumentos financeiros foi de R\$ 385 (R\$ 388 em 30 de junho de 2023).

6. Outros créditos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de contas a receber é representado por serviços de administração e distribuição de fundos que são recebidos no início do mês subsequente da prestação de serviço e está dividido da seguinte forma:

Curto prazo	30/06/2024	31/12/2023
Administração de fundos	1.199	1.035
Distribuição de fundos	68	1.472
Escrituração	392	373
Total	1.659	2.880
Longo prazo	30/06/2024	31/12/2023
Administração de fundos	220	220
Total	220	220

O valor de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 30 de junho de 2024 é de R\$ 398 (R\$ 398 em 2023).

7. Outros ativos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de outros ativos é representado por adiantamentos diversos, saldos a receber de sociedades ligadas, pagamentos diversos a ressarcir, impostos a compensar e despesas pagas antecipadamente, conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

Curto prazo		30/06/2024	31/12/2023
Adjantamento diversos	(i)	60	10
Bloqueio judicial	(1)	246	246
Valores a receber sociedades ligadas - nota 23		487	387
Pagamentos a ressarcir	(ii)	282	104
Impostos e contribuições a compensar		215	208
Despesas antecipadas	(iii)	953	541
Total	_	2.243	1.496
Longo prazo		30/06/2024	31/12/2023
Valores a receber sociedades ligadas - nota 23		229	229
Pagamentos a ressarcir	(ii)	151	147
Total	_	380	376

- i. O valor de adiantamentos diversos refere-se a adiantamentos a fornecedores e antecipações salariais.
- ii. Os valores de pagamentos a ressarcir referem-se às despesas gerais pagas pela Rio Bravo DTVM, para os Fundos de Investimentos administrados.
- iii. Os valores de despesas antecipadas referem-se a valores de condomínio, software, eventos, apólices de seguro, benefícios a colaboradores e anuidades.

8. Imobilizado

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de imobilizado é representado por benfeitorias e instalações, móveis e equipamentos e sistemas de processamento de dados, conforme apresentado abaixo:

Benfeitorias e instalações Móveis e equipamentos Sistema de processamento de dados **Total**

	dez/23	jun/24		
Taxas anuais de depreciação	Valor líquido	Aquisições (Baixas)	Depreciação no período	Valor líquido
10%	852	-	(60)	792
10%	128	-	(12)	115
20%	368	2	(53)	317
	1.348	2	(126)	1.224

Imobilizações em curso Benfeitorias e instalações Móveis e equipamentos Sistema de processamento de dados **Total**

	dez/22		jun/23	
Taxas anuais de depreciação	Valor líquido	Aquisições (Baixas)	Depreciação no período	Valor líquido
=	=	227	=	227
10%	972	=	(60)	912
10%	146	=	(12)	134
20%	206		(31)	175
	1.324	227	(103)	1.448

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

Benfeitorias e instalações
Móveis e equipamentos
Sistema de processamento de dados
Total

	dez/22	dez/23			
Taxas anuais de depreciação	Valor líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação no período	Valor líquido
10%	972	-	-	(120)	852
10%	146	7	(4)	(21)	128
20%	206	245	-	(83)	368
	1.324	252	(4)	(224)	1.348

9. Intangível

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de intangível é representado por software, conforme apresentado abaixo:

Software **Total**

	dez/23		jun/24	
Taxas anuais de depreciação	Valor líquido	Aquisições	Amortização no período	Valor Iíquido
20%	133	-	(37)	96
	133	-	(37)	96

Software **Total**

	dez/22		jurv23	
Taxas anuais de depreciação	Valor líquido	Aquisições	Amortização no período	Valor líquido
20%	321	-	(123)	199
	321	-	(123)	199

:..../22

Software **Total**

	dez/22		dez/23	
Taxas anuais de depreciação	Valor líquido	Aquisições	Amortização no período	Valor líquido
20%	321	-	(189)	133
	321	-	(189)	133

A rubrica de software é representada em sua maioria pelo desenvolvimento de sistema para escrituração de cotas de fundos imobiliários.

10. Obrigações fiscais correntes

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de obrigações fiscais e previdenciárias é representado por imposto de renda e contribuição social, impostos sobre terceiros e sobre salários, pis, cofins e iss, conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social	1.285	1.528
Impostos sobre terceiros	16	16
Impostos sobre salários	178	242
PIS, COFINS e ISS a recolher	152	310
Total	1.631	2.096

11. Obrigações sociais e estatutárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de obrigações sociais e estatutárias é representado por provisões para participações nos lucros e provisões de férias, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para participação nos lucros	1.018	1.662
Provisão de férias e encargos	580	593
Provisão de 13º salário e encargos	190	-
Total	1.788	2.255

12. Outras obrigações diversas

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo de credores diversos é representado por valores a pagar para sociedades ligadas, fornecedores, provisões e obrigações com os fundos encerrados, conforme apresentado abaixo:

		30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores		479	509
Obrigações - fundos de investimentos	(i)	525	488
Outras provisões		345	44
Total		1.349	1.041

Refere-se à valores transferidos por fundos encerrados ao administrador, para cobertura de gastos posteriores ao encerramento dos fundos.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

O capital social da Distribuidora é de R\$ 3.750 e está representado por 3.750.285 quotas pertencendo exclusivamente a sócios domiciliados no país (R\$3.750 representado por 3.750.285 quotas em 31 de dezembro de 2023).

13.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída aplicando 5% do resultado do período sendo limitada a 20% do capital social. O saldo em 30 de junho de 2024 é de R\$ 672 (R\$ 672 em 31 de dezembro de 2023).

13.3 Reserva estatutária

A reserva estatutária da Distribuidora é composta por lucros dos exercícios anteriores acumulados e não destinados para distribuição. No semestre findo em 30 de junho de 2024 o saldo da reserva estatutária é de R\$ 4.164 (R\$ 4.887 em 31 de dezembro 2023).

A critério da diretoria, pode-se levantar balanços intermediários a qualquer momento e deliberar pagamento de dividendos. Os dividendos referentes ao exercício de 2023 foram distribuídos no primeiro semestre de 2024 totalizando R\$ 3.550 distribuídos (R\$1.750 em 30 de junho de 2023).

14. Receita de prestação de serviços

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, o saldo de receita de prestação de serviços é representado por taxa de administração, distribuição e escrituração, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2024	30/06/2023
Receitas taxa de administração	9.221	8.722
Receitas de distribuição	2.601	573
Receitas de escrituração	2.292	2.635
Total	14.114	11.930

15. Despesas administrativas

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, o saldo de despesas administrativas é representado por alugueis, comunicação, serviços técnicos, processamento de dados, viagens, promoções e relações públicas, condomínio, entre outras, conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Alugueis	(269)	(266)
Comunicação	(57)	(56)
Processamento de dados	(1.218)	(1.218)
Serviços técnicos especializados	(623)	(669)
Viagens	(2)	(14)
Serviços do sistema financeiro	(146)	(374)
Despesas de promoções e relações púbicas	(436)	(208)
Despesas de seguros	(99)	(116)
Serviços de terceiros	(7)	(29)
Manutenção e conservação de bens	(95)	(84)
Transportes	(45)	(33)
Armazenamento de documentos	(112)	(275)
Condomínio	(47)	(45)
Água, energia e gás	(28)	(68)
Materiais	(29)	(18)
Outras despesas administrativas	(282)_	(109)
Total	(3.495)	(3.582)

16. Despesas com pessoal

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, o saldo de despesas com pessoal é representado por salários, encargos, benefícios e treinamentos conforme apresentado abaixo:

	30/06/2024	30/06/2023
Salários	(2.423)	(2.548)
Encargos	(788)	(892)
Benefícios	(1.021)	(1.008)
Treinamentos	(77)_	(27)
Total	(4.309)	(4.475)

17. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, o saldo de despesas tributárias é representado por ISS, PIS, COFINS, IOF E IPTU, conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
ISS	(429)	(338)
COFINS	(581)	(493)
PIS	(94)	(80)
Outras despesas tributárias	(49)	(47)
Total	(1.153)	(958)

18. Outras receitas operacionais

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, o saldo de outras receitas operacionais é representado por reversões de contingências/provisões e outras receitas, conforme apresentado abaixo:

		30/06/2024	30/06/2023
Reversão de provisões operacionais	(i)	21	-
Reversão para contigências	NE 22	-	26
Outras receitas operacionais		11	3
Total		32	29

i. Em 30 de junho de 2024, referem-se substancialmente aos valores de reversão de provisões de Consultoria, reajuste plano de saúde e auditoria interna.

19. Outras despesas operacionais

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, o saldo de outras despesas operacionais é representado por provisões para contingências, variações cambiais, doações e outras despesas, conforme apresentado abaixo:

	_	30/06/2024	30/06/2023
Provisões para contingencias	NE 22	(112)	(9)
Doações não incentivadas		(14)	(15)
Variações cambiais		(4)	(4)
Outras despesas operacionais		-	(2)
Total	_	(130)	(30)

20. Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023 o cálculo do imposto de renda e contribuição social foi realizado conforme apresentado abaixo:

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.280	3.084
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Outras adições e exclusões	639	(464)
Participações dos empregados nos lucros	(1.132)	(1.830)
Base de apuração do imposto de renda e contribuição social	4.787	790
Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Base de cálculo após compensação	4.787	790
Imposto de renda - alíquotas de 15% e 10%	(1.156)	(181)
Contribuição social - alíquota de 15%	(718)	(119)
Total	(1.874)	(299)

Ativo fiscal diferido

Em 30 de junho de 2021, a DTVM passou a constituir ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social conforme requerido pela resolução 4.842, de 30 de julho de 2020 e Resolução BCB nº 15/2020 que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2021. O saldo do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2024 é de R\$ 784 (R\$ 877 em 31 de dezembro de 2023) e seu valor presente é de R\$ 590. E a taxa de desconto aplicada está em 11,92%.

O ativo fiscal diferido é constituído à alíquota de previsão de realização do ativo fiscal diferido. Em 30 de junho de 2024, a alíquota do ativo fiscal diferido é de 25% para IRPJ e 15% para CSLL, aplicada sobre o valor da adição temporária.

A movimentação do ativo fiscal diferido está demonstrada abaixo:

	Constituição/Reversão			
	Saldo em 12/2023	1ª Semestre	Saldo em 06/2024	
Movimentação Ativo fiscal diferido				
Participações dos empregados nos lucros	665	(258)	407	
Provisão para perdas	159	-	159	
Provisão para contingência	36	45	81	
Outras provisoes	17	120	137	
Total	877	(93)	784	

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

		Saldo em 12/2022	Constituição/Reversão 1ª Semestre	Saldo em 06/2023	
Movimentação Ativo fiscal difer	ido				
Participações dos empregados n	os lucros	684	(433)	251	
Provisão para perdas		160	(1)	159	
Provisão para contingência		17	(7)	10	
Outras provisoes		207	(139)	68	
Total		1.068	(580)	488	
	Saldo em 06/2024	1 202	4 2025	2026	2027
Prazo de realização					
Participações dos empregados nos lucros	40	7 -	(407)	-	-
Provisão para perdas	159	9 -	-	(159)	-
Provisão para contingência	13	7 -	-	-	(137)
Outras provisões	8	1 -	(81)	-	
Total	784	4 -	(488)	(159)	(137)

21. Lucro por quota

O cálculo do lucro líquido por quota foi feito com base no lucro apurado pela Distribuidora, atribuído aos quotistas controladores e na média ponderada das quotas, de acordo com a movimentação do exercício, quando aplicável, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido atribuível aos quotistas	2.827	1.459
Média ponderada no número de quotas		
Quantidade de quotas no início do semestre	3.750.285	3.750.285
Quantidade de quotas no final do semestre	3.750.285	3.750.285
Lucro líquido básico por quota	0,75	0,39

22. Ativos e passivos contingentes

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

b) Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2024 a provisão para contingência cível/fiscal perfazia o montante de R\$ 201 (R\$89 em 31 de dezembro de 2023). As provisões levam em consideração a opinião da

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

Administração, suportada por seus assessores jurídicos, tendo como política o seu reconhecimento quanto a probabilidade de perda ser provável ou quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa.

A DTVM, por ser a administradora dos Fundos de Investimentos Imobiliários, pode figurar como parte em processos relativos a estes fundos. Os processos em que é identificada a responsabilidade inteiramente dos cotistas dos fundos, mesmo que a DTVM possa aparecer como parte do processo, não são provisionados ou divulgados, enquanto sua característica ao risco seja remota ou possível, mesmo que o processo em si tenha classificação diferente destas. Esta análise é efetuada inclusive para Fundos encerrados.

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	30/06/2024	31/12/2023
	Cível/Fiscal	Cível/Fiscal
Saldo no início do semestre/ exercício	89	40
Constituições	106	71
Reversões / realizações	-	(25)
Atualização monetária	6	3
Saldo no final do semestre/ exercício	201	89

	30/06/2023	31/12/2022
	Cível/Fiscal	Cível/Fiscal
Saldo no início do semestre/ exercício	40	623
Constituições	8	21
Reversões / realizações	(26)	(656)
Atualização Monetaria	2	52
Saldo no final do semestre/ exercício	24	40

c) <u>Passivos contingentes classificados como perdas prováveis</u>

	30/06	/2024	31/12	2/2023
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos Cível/ fiscal	201	201	89	89
Riscos trabalhistas	201	- 201		
Total	201	201	89	89

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	30/06/2024	31/12/2023
	Valor	Valor
	Reclamado	Reclamado
Riscos Cível/ fiscal	287.630	268.564
Outros	329	1.523
Total	287.959	270.087

Dos valores destacados acima temos os seguintes processos com maiores relevâncias de valores:

- (i) Em 30 de junho de 2024, para o FII Grand Plaza, o processo fiscal e previdenciário (nº 0816600.2019.00208), possui montante atualizado de R\$ 244.578 (R\$ 230.403 em 31 de dezembro de 2023). Em 2020 o FII Grand Plaza é citado em razão da (i) exigência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS em relação a fatos geradores supostamente ocorridos entre 31/01/2016 e 31/12/2018 (ii) pela suposta ausência de entrega de escrituração digital contábil ("ECD") e escrituração contábil fiscal ("ECF") entre 31/07/2017 e 31/07/2018, ambas sob alegação de que o Fundo estaria sujeito a tributação aplicável às pessoas jurídicas, uma vez que seus recursos estariam aplicados em empreendimento imobiliário que possuía cotista com mais de 25% de suas cotas. O processo encontra-se em esfera administrativa e a Rio Bravo e o cotista majoritário do fundo foram incluídos no polo passivo como responsáveis solidários.
- (ii) Em 30 de junho de 2024, para o FII Centro Têxtil Internacional, o processo fiscal e previdenciário (nº 08. 1.66.00-2021-00037), possui montante atualizado de R\$ 34.606 (R\$ 30.011 em 31 de dezembro de 2023). Em 2022, por meio do processo administrativo nº 16327-720.346/2022-07, oriundo de auto de infração resultante do Procedimento Fiscal nº 08.1.66.00-2021-00037-2, a Receita Federal do Brasil está exigindo (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"); (ii) Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"); e (iii) multas pela suposta ausência de entrega de Escrituração Digital Contábil ("ECD"), a Escrituração Fiscal Digital da Contribuições para PIS/PASEP, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre Receita ("SPED-Contribuições") e Escrituração Digital Fiscal ("ECF"), todos referentes aos anos-calendários de 2017 e 2018, sob a alegação de que o FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO CENTRO TÊXTIL INTERNACIONAL, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 00.762.723/0001-28, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., estaria sujeito à tributação aplicável às pessoas jurídicas nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.779/1999, uma vez que seus recursos estariam aplicados em empreendimento imobiliário que teria como incorporador, construtor ou sócio, cotista que possuiria mais de 25% de suas cotas. Ainda, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil imputou à Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., ao cotista majoritário do Fundo e à outra pessoa física a condição de responsáveis solidários pelos tributos objeto da autuação. Os autos foram remetidos ao CENTRO NAC GESTAO DE PROCESSO-DRJ-RPO-SP e aquarda-se o julgamento da Impugnação apresentada.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

(iii) Os demais processos de riscos fiscais classificados como perda possíveis, são representados substancialmente a autos de infração relacionados a (i) valores de IPTU de imóveis de Fundos de Investimentos no valor de R\$ 8.448 (R\$ 8.110 em 31 de dezembro de 2023) e processos diversos no valor de R\$ 327 (R\$ 1.563 em 31 de dezembro de 2023).

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Distribuidora.

23. Partes relacionadas

_	Ativo	
	30/06/2024	31/12/2023
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	453	340
UNIK PARTICIPACOES S.A.	67	67
FOSUN INVESTIMENTOS (BRASIL) LTDA.	3	-
RBI PARTNERSHIP PARTICIPACOES S.A	163	163
GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CCTVM	30	47
TOTAL	716	617

	Receita	
_	30/06/2024	30/06/2023
GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CCTVM	272	432
	Ativo	
_	2024	2023
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	453	340
UNIK PARTICIPACOES S.A.	67	67
FOSUN INVESTIMENTOS (BRASIL) LTDA.	3	-
RBI PARTNERSHIP PARTICIPACOES S.A	163	163
GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CCTVM	30	47
TOTAL	716	617

	Receita		
	2024	2023	
GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CCTVM	272	875	

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

24. Gerenciamento de riscos

A governança de riscos é um processo de gestão em conjunto com as áreas da estrutura organizacional da Distribuidora, a qual objetiva atestar a efetividade no processo de Gerenciamento de Riscos de maneira a mostrar transparência e compreensão adequadas dos riscos existentes, a qual está estruturada de forma independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à Alta Administração. O nível de risco aceitável na condução dos negócios é avaliado e definido pela Alta Administração da Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em observância a Resolução CMN nº 4.557/2017, foi instituída Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, que garante estrutura de controle compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da Distribuidora, sendo capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que sejam adequadamente: (i) identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento integrado de riscos encontra-se disponível no *site* www.riobravo.com.br.

São monitorados os seguintes riscos, inerentes às atividades da Distribuidora:

a) Risco de crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas para a Distribuidora, associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou aos custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos. A Administração entende que o risco de crédito incorrido pela Distribuidora é imaterial, dado que quase a totalidade das operações realizadas está no âmbito de mercado de bolsa e em mercado de balcão organizado.

b) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados a prejuízos potenciais decorrentes de mudanças em fatores de risco como taxas de juros e de câmbio, índices e preços. A Distribuidora faz a gestão desses riscos buscando otimizar a relação risco-retorno através de modelos internos e uso de ferramentas de gestão baseadas nas melhores práticas adotadas pelo mercado. Além disso, emprega-se uma política conservadora na administração das exposições a riscos de mercado, supervisionando e controlando de forma independente.

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela Gestão de Riscos que mantém independência com relação à mesa de operações. A Distribuidora encontra-se

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017, que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado.

c) Risco de liquidez

A gestão dos riscos de liquidez verifica a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociados e passivos exigíveis e, portanto, descasamentos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando em conta as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Alta Administração entende que o risco incorrido pela Distribuidora é imaterial, dado que a quase totalidade das operações é realizada em curto prazo.

d) Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e o armazenamento de informações e os relatórios de gerenciamento do risco operacional, visando diminuir ao máximo o risco resultante de eventos externos ou possibilidade de fraudes e falhas, deficiência ou inadequações relacionadas ao negócio, às pessoas, aos processos envolvidos e sistemas, incluindo os riscos legais associados à inadequação ou à deficiência dos contratos firmados pela Distribuidora, bem como as sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

e) Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática estabelece as diretrizes que norteiam as questões relativas a responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("SAC") em conformidade com a Resolução CMN nº 4.945/2021 e a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações, observando o grau de exposição ao risco SAC, compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da Distribuidoras, adequadas ao perfil de risco e à importância sistêmica, as melhores práticas, normas e demais regulamentações aplicáveis.

A Distribuidora reconhece a responsabilidade em exercer um papel transformador, que impacte a sociedade e o mercado de forma positiva, garantindo a integração das dimensões sociais e ambiental em suas estratégias, políticas, práticas e procedimentos, especialmente no âmbito de sua atuação com colaboradores e clientes.

Notas explicativas as demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2024 (Em milhares de reais)

f) Risco Cibernético

O Risco Cibernético é estabelecido conforme disposto na Política de Segurança da Informação e Cibernética, que estabelece as diretrizes, os princípios, conceitos, valores e práticas que devem ser adotadas na utilização dos recursos que tangem as informações acessadas pelos seus colaboradores e quando de sua atuação interna e com o mercado.

A Segurança da Informação pode ser caracterizada como um conjunto de medidas que visam à proteção de informações, com vista a blindar o valor de quaisquer dados e informações da Distribuidora, sendo tais informações próprias, de Clientes ou Terceiros. Já a Segurança Cibernética consiste na proteção efetuada para todos os sistemas que estão, de alguma maneira, conectados à internet, como, por exemplo, os softwares, os dados e os hardwares.

25. Limites operacionais

Os limites operacionais, conforme definido pelo Banco Central através da Resolução CMN nº 4.958/2021 e atualizações, são calculados no nível do Consolidado Prudencial da empresa líder do grupo Guide e encontra-se disponível no site www.guide.com.br.

26. Eventos subsequentes

Até o momento de aprovação das demonstrações financeiras, não existem eventos subsequentes.